



## **Acórdão 01108/2020-7 - 2ª Câmara**

**Processo:** 02842/2020-1

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Ordenador

**Exercício:** 2019

**UG:** FMSC - Fundo Municipal de Saúde de Castelo

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Responsável:** NAYARA BENFICA PIRES PUZIOL, JOAO FERNANDO PASSAMANI

**CONTROLE EXTERNO – PRESTAÇÃO DE CONTAS  
ANUAL DE ORDENADOR – FUNDO MUNICIPAL DE  
SAÚDE DE CASTELO - EXERCÍCIO DE 2019 –  
REGULAR – RECOMENDAÇÃO – ARQUIVAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Prestação de Contas Anual de Ordenador, do Fundo Municipal de Saúde de Castelo, referente ao exercício financeiro de 2019, sob a responsabilidade dos Srs. João Fernando Passamani e Nayara Benfica Pires Puziol.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NCONTAS elaborou a Instrução Técnica Conclusiva - ITC 4080/2020, encampando integralmente a conclusão do Relatório Técnico - RT 211/2020, que nestes termos se pronunciou:

## 5. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A Prestação de Contas Anual, ora avaliada, refletiu a atuação dos gestores responsáveis, no exercício das funções administrativas no **Fundo Municipal de Saúde de Castelo**.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico Contábil teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo gestor responsável, nos termos da Instrução Normativa 43/2017.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento **regular** da prestação de contas sob a responsabilidade de JOAO FERNANDO PASSAMANI / NAYARA BENFICA PIRES PUZIOL, no exercício de **2019**, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Acrescenta-se sugestão de **recomendar** ao atual ordenador de despesas, ou a quem lhe vier a substituir, para que nas futuras prestações de contas anuais elabore o TERMO DE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS IMÓVEIS de acordo com os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, em Parecer 02948/2020-5 da lavra do Excelentíssimo Procurador de Contas, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados pela Área Técnica.

É o sucinto relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES tem suas competências previstas nos artigos 31, § 1º, 71 a 75, da Constituição Federal; nos artigos 71 a 75 da Constituição Estadual; e na Lei Complementar nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCEES, de forma que, dentre as competências a ele atribuídas, destaca-se a avaliação dos atos de gestão dos ordenadores de despesas e administradores públicos em geral, refletido nos resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, traduzidos nas contas anuais por ele prestadas, com o consequente julgamento pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, bem

como aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito.

A referida Prestação de Contas foi recebida e protocolada nesta Corte de Contas em 09/06/2020, por meio do Sistema CidadES, ou seja, tempestivamente, nos termos do art. 139<sup>1</sup> da Resolução TCEES nº 261/2013, observando o prazo limite de 15/06/2020.

Cumpram ressaltar terem sido analisadas pelo Corpo Técnico desta Corte de Contas as peças contábeis integrantes da PCA (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), apresentadas nos moldes da Instrução Normativa TC 28/2013<sup>2</sup>.

Os pontos de controle avaliados foram os relacionados na Resolução TC 297/2016<sup>3</sup>, não tendo a Equipe Técnica constatado qualquer inconsistência com base nos demonstrativos apresentados.

Registra-se que não há item a ser monitorado no referido exercício.

Cabe salientar que as informações contidas nos demonstrativos contábeis devem se pautar segundo alguns critérios essenciais, em observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, dentre os quais destacamos confiabilidade, fidedignidade, verificabilidade e visibilidade, conforme texto da Resolução CFC nº 1.132/08, a saber:

*RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08 Aprova a NBC T 16.5 — Registro Contábil  
FORMALIDADES DO REGISTRO CONTÁBIL*

*[...]*

*4. São características do registro e da informação contábil no setor público, devendo observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público.*

*[...]*

<sup>1</sup> Art. 139. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, os processos de prestações de contas deverão ser encaminhados anualmente, até o dia 31 de março do exercício seguinte.

<sup>2</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/028-2013-Composi%C3%A7%C3%A3o-da-PCA.pdf>>

<sup>3</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Res297-2016-Procedimentos-para-an%C3%A1lise-t%C3%A9cnica-presta%C3%A7%C3%B5es-de-contas-Altera-Res273-2014-1.pdf>>

*(c) Confiabilidade – o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.*

*(d) Fidedignidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem.*

*[...]*

*(l) Verificabilidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem possibilitar o reconhecimento das suas respectivas validades.*

*(m) Visibilidade – os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial do setor público.*

Considerando que não houve divergências detectadas, é possível afirmar que os demonstrativos contábeis, bem como os dados que serviram de base para a sua consecução, estão de acordo com os critérios descritos no fragmento acima.

Importante destacar, apenas, a recomendação sugerida pelo corpo técnico quanto ao item 3.3.2 do Relatório Técnico Contábil 211/2020 (**Análise entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens**), tendo em vista que, ao analisar as demonstrações contábeis e do inventário de bens realizado em 31/12/2019, constatou-se que, no arquivo “TERIMO”, consta o valor de R\$ 10.800.000,00 referente aos bens imóveis, ou seja, divergente do valor registrado no Balanço e no inventário de R\$11.156.401,20, que não foi objeto de citação ao responsável.

Dessa forma, entendeu a área técnica apenas no sentido de que se recomende aos responsáveis que, nas futuras prestações de contas anuais, “*elabore o TERMO DE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS IMÓVEIS de acordo com os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário*”, o que entendo ser cabível no presente caso.

Ante todo o exposto, acompanhando o opinamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

**Relator**

## 1. ACÓRDÃO TC-1108/2020-7

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os senhores conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. Julgar REGULARES** a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Saúde de Castelo, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade dos Srs. **João Fernando Passamani e Nayara Benfica Pires Puziol**, nos termos do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 621/2012, dando **quitação** aos responsáveis, nos termos do art. 85, do mesmo diploma legal;

**1.2. RECOMENDAR** aos responsáveis para que, nas futuras prestações de contas anuais, elabore o termo de inventário anual de bens imóveis de acordo com os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário.

**1.3. Dar ciência** aos interessados;

**1.4.** Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 09/10/2020 – 34ª Sessão Ordinária da 2ª CÂMARA

4. Especificação do quórum:

**4.1** Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator) e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO SERGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Relator**

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

**Fui presente:**

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**